



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0008430-67.2015.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**  
Requerente: **OLAVO APPEL GASPARINI**  
Requerido: **TAM - Linhas Aéreas S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**DE C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido passagens junto à ré para viajar de Ribeirão Preto-SP para Milão-Itália e posteriormente de São Paulo para Johannesburg-África do Sul, realizando os pagamentos respectivos por intermédio de pontos do programa de fidelidade mantido com a mesma.

Alegou ainda que por problemas pessoais cancelou as passagens com antecedência, mas mesmo assim a ré lhe cobrou nas duas ocasiões, respectivamente, R\$ 628,86 e R\$ 678,80.

A ré não refutou em contestação os fatos articulados pelo autor, os quais ademais estão alicerçados nos documentos que instruíram o relato exordial.

Assentadas essas premissas, resta saber se o montante cobrado pela ré era devido ou não.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

A despeito da previsão para que isso se desse, as cláusulas invocadas pela ré para fundamentar sua posição afiguram-se abusivas por provocarem evidente desequilíbrio entre as partes contratantes e imporem ao autor prejuízo em detrimento dela.

Se a prefixação de perdas e danos cristalizada em cláusula penal ou o cômputo de taxas administrativas se reveste de legalidade, o mesmo não sucede com a previsão em apreço, que implica o dispêndio de montante elevado sem que houvesse nenhum fundamento concreto e específico para tanto.

Outrossim, saliento que a responsabilidade da ré está alicerçada no Código de Defesa do Consumidor, verificada a abusividade das cláusulas indicadas na contestação, bem como na necessidade de evitar seu enriquecimento sem causa que teria lugar com o recebimento nos moldes preconizados.

Nesse contexto, o autor deve arcar com montante derivado do cancelamento das passagens adquiridas da ré, mas ele deverá corresponder a dez por cento do que foi despendido para tal aquisição.

Nesse diapasão já se manifestou o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em caso semelhante:

*“CONTRATO - Prestação de serviços – Empresa operadora de turismo - Cláusula penal – Estipulação de perda em até 100% (cem por cento) do valor da passagem em caso de desistência do consumidor - Abusividade caracterizada - Afronta ao artigo 51, § 1º, incisos I e III, do CDC - Fixação no percentual de 10% a 20%, dependendo da época em que for solicitado o cancelamento - Medida que se mostra adequada para o equilíbrio contratual - Recurso da autora parcialmente provido” (TJ-SP, Apelação Cível nº 7 179 757-0 - São Paulo - 17ª Câm. de Direito Privado – Rel. Des. WELLINGTON MAIA DA ROCHA – j. 28 05 08).*

Essa orientação aplica-se à hipótese dos autos (não se pode olvidar, inclusive, que no primeiro caso o cancelamento foi feito com mais de um mês de antecedência e no segundo com quase quinze dias de antecedência, o que viabilizou a nova comercialização das passagens em tempo hábil), preservando de um lado a ré sem que isso de outro acarrete ônus excessivo ao autor, cumprindo registrar ainda a ausência de prova específica dos danos experimentados por ela em patamar superior ao aludido.

Em consequência, e como a contratação em apreço sucedeu por intermédio de pontuação em programa de fidelidade, poderá a ré haver o que correspondeu a dez por cento da pontuação utilizada pelo autor, devolvendo-lhe então o valor dele recebido pelos cancelamentos versados.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 1.307,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação, facultando-lhe a transferência de 6.500 pontos do programa de fidelidade de titularidade do autor.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 08 de dezembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**